



PROCESSO Nº 16226/06

INFORMAÇÃO Nº 014/08

APENSOS: Processo nº 072.000.178/06 (Ap1) e Inventário (Ap2)

ÓRGÃO DE ORIGEM: EMATER/DF

ASSUNTO: Prestação de Contas Anual

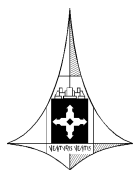
EMENTA: Prestação de Contas Anual dos Administradores e demais responsáveis da EMATER/DF, referente ao exercício de 2005. Diligência. Audiência. Razões de justificativas apresentadas. Pela procedência parcial das justificativas e julgamento das contas.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual dos Administradores e demais responsáveis da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER/DF, relativa ao exercício de 2005.

02. Após a apreciação inicial da presente Prestação de Contas Anual, por meio dos itens III, IV e V da Decisão nº 4043/2007, f. 82, este c. Tribunal assim se pronunciou:

"III. determinar à EMATER que: a) se abstenha de repassar honorários de sucumbência a advogados pertencentes ao seu quadro de pessoal, em vista do disposto no art. 4º da Lei nº 9.527/97, procedendo ao devido processo legal para os fins de ressarcimento dos valores pagos indevidamente; b) observe: b.1) doravante, o disposto no inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93, verificando a compatibilidade dos preços reajustados com os de mercado antes de cada prorrogação de contrato executado de forma contínua; b.2) o disposto no parágrafo 7º, art. 1º, da Resolução nº 102/98 (comunicação ao Tribunal do ato de instauração da TCE); c) ultime as medidas necessárias junto à Receita Federal para reaver os valores recolhidos indevidamente, a título da contribuição social intitulada PASEP, no período de outubro/95 a julho/96; d) proceda à devida apuração, para o ressarcimento dos valores recebidos por servidores a título de remuneração pelas atividades de secretaria exercidas nos Órgãos Colegiais da Emater/DF; IV. determinar, ainda, à Emater, que informe junto às suas Contas Anuais de 2007, as providências tomadas quanto ao contido nas alíneas "a", "c" e "d" do item III supra; V. determinar, nos termos regimentais, a audiência dos dirigentes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, no exercício de 2005, para que apresentem justificativas acerca das irregularidades indicadas nos itens 6, 7, 8, 12, 15, 16, 19, 20, 21 e 22 do parágrafo 5º do Parecer do Ministério Público, em face da possibilidade de serem estas contas julgadas irregulares;".



DA DILIGÊNCIA

03. Conforme item IV da Decisão nº 4043/07, a diligência será examinada nas Contas Anuais da EMATER/DF, exercício de 2007.

DA AUDIÊNCIA

04. As audiências foram regularmente procedidas, conforme se depreende dos Ofícios nºs 209 e 210/2007-2ª ICE/aud., fs. 85/86.

DAS JUSTIFICATIVAS

05. Os Srs. Wilmar Luís da Silva e Rildon Carlos de Oliveira apresentaram, em conjunto, tempestivamente, as justificativas de fs. 95/106.

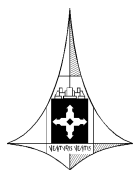
06. Argüiram, preliminarmente, que entenderam já terem informado por meio do Ofício nº 312/06 de 07/07/06 as medidas adotadas e que haviam sido sanadas as questões levantadas pelo Douto Ministério Público. Contudo, acrescentaram que apresentariam novos argumentos e documentação complementar, a saber:

07. **Item 6 - contabilização da maior parte da quantia relativa a depreciações (R\$ 1.750.812,19) em conta que não permite a identificação de qual grupo do ativo imobilizado pertence.** Alegaram que a falha ocorreu em face da implantação do novo Sistema de Controle Patrimonial, conforme consta no Processo nº 072.000.231/04, razão pela qual não foi possível registrar o devido detalhamento, sendo a questão saneada, de acordo com o comprovante Detalha Conta Contábil, fs. 108/109.

07.1 Neste caso, entendemos que a falha foi saneada, visto que as peças acostadas demonstraram a correção do registro contábil. Entretanto, as medidas adotadas posteriormente não tem efeito retroativo, considerando que a falha no contexto geral da gestão do exercício de 2005, desfigurou a realidade contábil da Empresa. Assim, entendemos que o Tribunal possa considerar parcialmente estas justificativas.

08. **Item 7 - ausência de registros contábeis relativos a valores bloqueados judicialmente e recolhidos à União, no valor de R\$ 165.420,71.** Informaram que a situação foi regularizada, consoante Detalhamento de Nota de Lançamento nº 2006NL01718, referente ao Processo nº 072.000.121/05 (registro de despesa – pagamento parcial ao empregado Francisco Pereira de Souza Leão), f. 111.

08.1 A nosso ver, esta questão se assemelha a do item anterior e, por conseguinte, concluímos no mesmo sentido, de que a falha no contexto geral da



gestão do exercício de 2005, desfigurou a realidade contábil da Empresa, podendo o Tribunal considerar parcialmente estas justificativas.

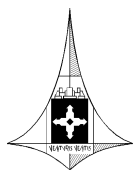
09. **Item 8 - existência de empregados do ICS na Entidade, sem que houvesse controle funcional sobre suas atividades, sendo o representante do ICS na EMATER auxiliar de escritório da própria EMATER.** Argumentaram que o controle funcional era estabelecido pela SUCAR, que destacou um servidor sem vínculo empregatício com a EMATER/DF, o qual foi contratado pelo ICS – Instituto Candango de Solidariedade para atestar a frequência, distribuir tíquete alimentação e vale-transporte. Acrescentaram que a EMATER/DF não mantinha contrato com o ICS e, por isto, não cabia àquela Empresa o controle sobre os citados funcionários.

09.1 Em nosso entendimento, cabe razão aos Justificantes, em parte, uma vez que o ajuste com o ICS era com a SUCAR. Entretanto por prestarem serviços à EMATER/DF, a mesma deveria adotar um controle paralelo dos respectivos empregados e exigir os mesmos deveres dos demais servidores. Assim, entendemos que o Tribunal possa considerar parcialmente estas justificativas.

10. **Item 12 - pagamento indevido a secretárias dos órgãos colegiados da EMATER, ocupantes de cargo efetivo no Executivo distrital.** Informaram que a Assessoria Jurídica da EMATER/DF concluiu pela viabilidade dos pagamentos às Secretárias dos Conselhos de Administração e Fiscal em face de previsão estatutária, conforme documentação de fs. 112/127. Ressaltaram que as secretárias por não compor os Conselhos de Administração e Fiscal podem pertencer ao efetivo do Executivo Distrital.

10.1 Em que pese a conclusão da Assessoria Jurídica pela viabilidade dos pagamentos às Secretárias dos Conselhos de Administração e Fiscal, verificamos que a remuneração ficou sem respaldo legal até a aprovação do Estatuto da EMATER/DF pelo Decreto nº 27.343 de 24/10/2006, fs. 123/125 e, por conseguinte, o Tribunal poderá determinar àquela Empresa que providencie o ressarcimento por parte das Secretárias dos Colegiados dos respectivos pagamentos ocorridos até 24/10/2006. Neste contexto, esta questão pode ensejar ressalvas às contas.

11. **Item 15 - pagamento de honorário de sucumbência a advogado pertencente ao quadro de pessoal da EMATER.** Argüiram que era entendimento à época, inclusive de vários órgãos do complexo administrativo do GDF, que poderia proceder tal pagamento. Entretanto, ressaltaram que por meio da Decisão nº 4043/07, esta Corte apontou a impossibilidade de se efetuar o referido pagamento e considerando que a citada decisão foi proferida em 14/08/07, solicitaram relevar a questão. Acrescentaram, ainda, que a nova administração adotou as medidas pertinentes, objetivando a devolução dos valores por parte dos advogados (fs. 129/134), inclusive, caso necessário, mediante via judicial.



11.1 Embora a questão seja relevante, a EMATER/DF adotou as providências cabíveis e os valores envolvidos, não são de grande monta (R\$ 360,62 para cada advogado). Assim, entendemos que o Tribunal possa considerar parcialmente estas justificativas.

12. **Item 16 - impropriedades no Fundo Fixo de Caixa da Entidade.** Informaram que a norma de Suprimento de Fundos foi alterada. Ressaltaram que a falta de extratos bancários foram ocorrências esporádicas e que o detentor que não apresentou o documento foi penalizado, tendo que assumir as despesas com CPMF. Com relação à glosa de R\$ 1,80, constante da Nota Fiscal nº 3191, afirmaram que não ocorreu irregularidade no acerto do saldo, mesmo porque não houve prejuízo para a EMATER/DF. Quanto à questão de cobrança de multa e tarifa de devolução de cheque, repisaram a justificativa apresentada mediante Ofício nº 377/2006-PRESI, fs. 403/424-Ap1, no sentido de que não houve prejuízo, uma vez que o suprido arcou com multa e foi advertido. No que se refere à aquisição de Gramma Esmeralda, utilizada durante a Exposição Agropecuária de São Sebastião, também repisaram a justificativa do Ofício nº 377/2006-PRESI, de que a empresa atende a público rural e a aquisição foi de encontro ao objetivo do evento e que comprova o custo benefício e a economia processual. Sobre os enfeites de natal, objeto da Nota Fiscal, no valor de R\$ 44,65, em apertada síntese, alegaram que teve por finalidade o bem-estar da comunidade rural. Para justificar as pequenas despesas, tais como: pneu furado, cópia de chave e documentos e lavagem de veículos, alegaram a localização dos escritórios da EMATER/DF, em relação a distância da área urbana. Assim, em face da atipicidade dos trabalhos desenvolvidos pela EMATER/DF, solicitaram relevar as impropriedades apontadas.

12.1 Entendemos que de um modo geral as falhas são de responsabilidades dos supridos, que envolve pequenos valores e necessárias ao objetivo da Empresa e as localidades rurais. Assim, do ponto de vista da responsabilidade que cabe aos gestores, somos porque o Tribunal possa aceitar estas justificativas.

13. **Item 19 - não exigência de apresentação de garantia contratual em diversos ajustes.** Informaram que a Assessoria Jurídica da EMATER/DF elaborou Termo Aditivo para inclusão da cláusula de garantia contratual, referente aos Contratos nºs 011/2003 e 09/2004. Com relação ao Contrato nº 03/2004, ressaltaram que estava prevista na Cláusula Nona a garantia de 2% do valor do mesmo e que a mesma foi prestada após notificação da contratada, com a apresentação da Apólice de Seguro, no valor de R\$ 6.370,00, no período de 01/01/2006 a 31/12/2006 (f. 150). Quanto ao reajuste de preço, repisaram a justificativa apresentada no Ofício nº 377/2006-PRESI, de que o mesmo encontrava-se amparado pelo acordo entre as partes, conforme cláusula contratual e pelo § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, visto que a variação do valor contratual decorre de reajuste previsto no próprio contrato.



13.1 Com relação à esta questão, tendo em vista que os contratos apontados se referem aos exercícios de 2003 e 2004, quando deveria exigir a garantia contratual constante do Edital de Concorrência, entendemos que o Tribunal possa considerar parcialmente as justificativas apresentadas.

14. **Item 20 - prorrogação indefinida de contrato de prestação de serviços de telefonia fixa, com base em inexigibilidade de licitação.** Informaram que as medidas para contratação de nova licitação foi adotada pela administração, objeto do Processo nº 072.000.332/05 e que só foi concluído pela Subsecretaria de Compras e Licitações do GDF em 26/12/06. Ressaltaram que as prorrogações no período foram aprovadas pela Assessoria Jurídica da Empresa com base no art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93. Mais uma vez, repisaram justificativa apresentada no Ofício nº 377/2006-PRESI, de que o mesmo com alterações no Projeto Básico, objetivando não excluir operadoras, apenas a Empresa Brasil Telecom S/A, foi a única a participar da licitação, sendo a vencedora do Pregão Eletrônico nº 0523/06.

14.1 Neste caso, as providências para nova contratação, não eximem os Justificantes da falha apontada, o que enseja aposição de ressalva às contas.

15. **Item 21 - acréscimo no valor do contrato de prestação de serviços de telefonia móvel muito acima do limite permitido pela Lei de Licitações.** Alegaram que o valor reajustado de R\$ 6.000,00, deu-se em razão não apenas do reajuste da tarifa de telefonia móvel, mas contemplou também a estimativa de gastos para ligações arcadas pelo usuário (as que excediam a cota limite e as facilidades não contempladas no procedimento licitatório – caixa postal, torpedo, interurbanos, etc) e que foram ressarcidas pelos empregados que utilizavam as respectivas linhas. Ressaltaram que o valor registrado no Termo Aditivo ocorreu em face da necessidade da operadora ter garantia do recebimento dos serviços executados. Salientaram, ainda, que para facilitar o controle foi determinado a emissão de empenhos separados, despesas da empresa e particulares. Repisaram que os valores acima dos estabelecidos foram arcados pelo usuário, consoante controle pela Gerência de Serviços Gerais e Transportes, fs. 162/204.

15.1 Os argumentos apresentados não foram totalmente convincentes, uma vez que não foram apresentados os valores acrescidos para cada item. Entretanto, considerando que se tratam de valores tabelados e que contemplam serviços a serem ressarcidos por usuários, entendemos que o Tribunal possa considerar as justificativas apresentadas.

16. **Item 22 - prorrogação contratual além do prazo previsto na legislação.** Informaram que não ocorreram aquisições de combustíveis no período apontado como além do prazo contratual, uma vez que os Contratos nºs 12 e 13/01, foram assinados em 04/06/01, com vigência até 03/06/06 (sessenta meses) e que não houve compras após 04/06/06. Ressaltaram que as aquisições posteriores se deram por meio de novos contratos, oriundos de nova licitação e que ensejaram os



Distratos dos respectivos ajustes. Solicitaram relevar a ocorrência por se tratar de erro formal de procedimento e considerando os Distratos nºs 02 e 03/06.

16.1 Em que pese o descumprimento à legislação, porém levando em conta que o fato não trouxe reflexos negativos no contexto de atos da gestão no exercício de 2005, no nosso ponto de vista somos porque o Tribunal possa considerar as justificativas apresentadas.

17. Ao final, os Justificantes solicitaram que o Tribunal desconsiderasse a Decisão em pauta e declarasse a regularidade das contas da EMATER/DF do exercício de 2005, considerando a apresentação tempestiva das justificativas, que comprovaram as medidas adotadas para sanar os problemas e evitar novas ocorrências, conforme documentação acostada aos autos.

18. Da análise dos elementos e informações carreados aos autos pelos Justificantes, observamos que foram repisadas algumas justificativas apresentadas por meio do Ofício nº 377/2006-PRESI, fs. 403/424-Ap1, sobre as quais dispensamos maiores comentários.

19. Assim, levando em conta os argumentos aduzidos e as considerações atribuídas a cada item, podemos considerar que no aspecto global da gestão, as impropriedades apontadas não tiveram participação direta, com má fé, dos gestores destas contas e que as providências adotadas tiveram reflexos positivos, objetivando a correção das mesmas e prevenir a ocorrência de outras semelhantes, por conseguinte, entendemos que o Tribunal possa acolher parcialmente as justificativas apresentadas e julgar regulares as presentes contas, com as ressalvas apontadas na sugestão do item V da Informação nº 63/07, f. 57, as quais, em confronto com os itens abordados nesta instrução, correspondem aos subitens 2.1.3, 2.1.4.1, 2.1.5, 3.1, 3.2.3, 3.2.4, 3.3, 3.5, 5.1, 5.2, 6.1, 6.2, 6.5 e 6.9 do Relatório de Auditoria nº 029/2006.

20. Isto posto, somos porque o e. Plenário:

- a) tome conhecimento das justificativas apresentadas por Wilmar Luís da Silva e Rildon Carlos de Oliveira para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes;
- b) determine à EMATER/DF que proceda o ressarcimento aos cofres públicos dos valores recebidos até 24/10/2006, pelas Secretárias dos Conselhos de Administração e Fiscal, data em que foi aprovado o Estatuto da EMATER/DF pelo Decreto nº 27.343/2006, informando as respectivas providências junto às suas Contas Anuais de 2007;



- c) julgue, nos termos do artigo 17, Inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, regulares com ressalvas as contas relativas ao exercício de 2005 dos Administradores e demais responsáveis da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER/DF, mencionados no parágrafo 5 desta Informação, tendo em vista as falhas apontadas nos subitens 2.1.3, 2.1.4.1, 2.1.5, 3.1, 3.2.3, 3.2.4, 3.3, 3.5, 5.1, 5.2, 6.1, 6.2, 6.5 e 6.9 do Relatório de Auditoria nº 029/2006;
- d) determine o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.

À superior consideração.
Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2008.

RAIMUNDO NONATO F. DA SILVA
Analista de Finanças e Controle Externo

De acordo com as sugestões apresentadas.
À consideração do Sr. Inspetor.
Em __/02/2008.

Adalton Cardoso Flores
Diretor da Divisão de Contas da 2ª ICE